

Construções Colaborativas para a Sustentabilidade: Uma Reflexão Crítica

Isabel Abreu dos Santos¹

Albertina Raposo²

Anabela Durão³

Lia Vasconcelos⁴

Resumo

Os problemas ambientais estão intimamente ligados ao futuro. A narrativa da sustentabilidade que integra a componente do futuro no seu conceito, relaciona-se com as gerações vindouras e um horizonte de tempo onde impactes ambientais devido às ações humanas podem (ou irão) acontecer. Com base na perceção negativa da realidade explorada por Steven Pinker e na visão positiva de Rutger Bregman as autoras questionam-se quanto aos trajetos e tendências da colaboração de cidadãos para a sustentabilidade. Afinal onde se situa a visão da próxima geração? Muito se tem trabalhado sobre os conceitos de cidadania para a sustentabilidade. Este trabalho de investigação, apoiou-se em entrevistas semiestruturadas a jovens, maiores de 18 anos (janeiro - fevereiro de 2021) sobre as visões de sustentabilidade a longo prazo. A maioria dos jovens questionados desconhecem a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Mesmo assim, os seus depoimentos vão de encontro ao que está definido na Agenda. Embora alguns respondentes, principalmente os mais velhos, tenham referido uma perceção negativa do futuro, mencionando, a falta de disponibilidade de empregos, a luta pelo território e bens essenciais, o egoísmo, o aumento da desigualdade, a poluição, as alterações climáticas, as doenças, a escassez de água, a instabilidade política e social e uma democracia mais frágil – a grande maioria acredita que nos próximos 30 anos o mundo pode ser melhor. Como aspetos positivos salientam-se a regeneração ecológica, a regeneração social e a consciência cooperativa, a facilidade de comunicação que a tecnologia nos permite rumo à evolução para um cenário de não extremismos e a importância do conhecimento. Os depoimentos recolhidos levam-nos a acreditar no potencial da colaboração, como construção social da realidade, a longo prazo, que permite criar capital social, político e intelectual, gerador de uma comunidade humana inserida no ambiente natural do qual é parte integrante, interconectada com o todo. Em suma, um exemplo de uma comunidade sustentável conciliável com a agenda 2030 e respetivos ODS.

Palavras-chave: Construções colaborativas; Sustentabilidade; Objetivos de desenvolvimento sustentável; Agenda 2030; Construção social da realidade.

¹ Lusofona University; MARE - Marine and Environmental Sciences Centre; isabel.abreu.santos@ulusofona.pt

² Polytechnic Institute of Beja; MARE; albertina@ipbeja.pt

³ Polytechnic Institute of Beja; ICT – Institute of Earth Sciences; adurao@ipbeja.pt

⁴ School of Science and Technology. NOVA University of Lisbon; MARE; lvt@fct.unl.pt

INTRODUÇÃO

Os problemas ambientais que vivemos na atualidade estão intimamente ligados ao futuro. A preocupação com as gerações vindouras e um horizonte de tempo onde impactes na biosfera, devido às ações humanas, podem (ou irão) acontecer, é algo que tem estado presente nos discursos, nos conceitos e nas propostas de ação de instrumentos como a Agenda 2030 que é, nas palavras de Ferreira (2020) “o enquadramento global ambicioso para guiar os esforços de todos os atores na promoção de um mundo mais inclusivo e sustentável”.

O cenário atual de globalização, onde o sector público tem vindo a perder poder para o sector privado (Silva, 2013), dá também lugar a uma sociedade civil mais ativa, consciente da urgência do agir coletivo com vista à alteração comportamental individual e social. Esta ação cidadã que promove o agir coletivo, implica uma consciência de ser-se cidadão que por sua vez resulta da pertença a uma sociedade que prevê a existência de um eu-social-solidário (Praia, 1999). Pode assim definir-se cidadania como um conjunto de direitos, responsabilidades e práticas que resultam das relações entre os cidadãos e as instituições, incluindo o governo, ao longo do tempo e em espaços sociais, económicos e políticos (MacGregor et al., 2005).

Atualmente, o conceito de cidadania aplica-se em contextos que visam o alcance de um desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento sustentável (DS) e sustentabilidade são conceitos que fazem hoje parte do léxico comum e que, ao longo das últimas quatro décadas têm sido ajustados, discutidos e trabalhados. É imperativo que estes conceitos se tornem agora evidências de uma sociedade em mudança. Para Silva (2013) os espaços não assumidos pelo Estado têm vindo a ser preenchidos pela sociedade civil, a qual pretende gerir coletivamente o seu futuro, criando bases para uma cidadania ambiental.

As Nações Unidas, a organização que mais se assemelha a um governo mundial, abraça problemas globais trabalhando no sentido de gerar a paz, uma maior coesão social no mundo, apoiando e promovendo temas relativos à redução da pobreza, da fome, promovendo a saúde, a educação bem como disseminando a necessidade de valores que equidade, igualdade de oportunidades e a proteção do ambiente. Nesse sentido foi criada a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, orientada para “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”. É constituída por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, desdobrados em 169 metas, aprovada pelos líderes mundiais de 193 países membros da ONU, a 25 de setembro de 2015, na cimeira de Nova Iorque (EUA). Esta agenda aborda várias dimensões interligadas do desenvolvimento sustentável - a social, a económica e a ambiental - visando a promoção da paz e da segurança, da justiça e a existência de instituições eficazes. A Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável afirma ser uma visão comum para a Humanidade, um contrato entre os líderes mundiais e os povos e “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta” (Nações Unidas, s.d.). Esta agenda pretende suportar-se numa “Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável”, baseada num espírito de solidariedade global, focada nas

necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos países, todas as partes interessadas e todas as pessoas. Trata-se de um grande desígnio com múltiplos desafios que nos deixa a dúvida acerca do “como” vamos conseguir em tão pouco tempo, o que nunca conseguimos ao longo da evolução da espécie humana, desde que esta se evidenciou como a grande influenciadora acerca do destino da vida (em todas as suas formas e manifestações) e do (des)equilíbrio do planeta.

Perante o enorme salto no desenvolvimento, que é inegável, tem sido dado pela humanidade em particular nos dois últimos séculos, a evidência de que os recursos naturais são finitos e que o desenvolvimento não poderia ser ilimitado, parece ter caído para um segundo plano. No entanto, os problemas ambientais ainda são vistos como algo que cabe aos governos resolver, ficando assim justificada a passividade ou inatividade ao nível do cidadão comum. Mas é justamente porque a temática ambiente é complexa, abrangente e multidisciplinar que toda a ação articulada - governos, empresas, organizações, instituições e sociedade civil - é tão necessária. É hoje sabido que a interação dialogante gera a construção colaborativa de diagnósticos e de soluções que se tornam pertença de todos os envolvidos em cada processo (Vasconcelos, 2008, Vasconcelos et al., 2020). Quando a controvérsia não entra no processo decisório desde o início, emerge no final dificultando a resolução do problema e a implementação de solução (Lake, 1987).

Sabendo que os processos colaborativos geram aprendizagens coletivas (Vasconcelos, 2020) a construção colaborativa de conhecimento pode ser vista numa perspetiva de comunicação deliberativa (Raposo & Mesquita, 2018). Os processos colaborativos exigem a transversalização do conhecimento tirando partido da diversidade destes, disseminada pela sociedade. Uma vez que ninguém por si só possui toda a informação e conhecimento, a deliberação parece ser um veículo capaz de proporcionar o contexto para a criação de capital intelectual.

Então, se 40 anos (desde o Relatório Brundtland em 1987) se revelaram insuficientes para encontrarmos uma solução de equilíbrio da nossa co-existência com o todo que nos envolve e do qual fazemos parte integrante, numa identidade única de Humano-Natureza, o que nos está a faltar? E quais serão os trajetos e tendências da colaboração de cidadãos com vista à sustentabilidade?

OBSTÁCULOS AO DIÁLOGO PARA A SUSTENTABILIDADE

Os problemas ambientais são fenómenos complexos, gerando situações de incerteza pela dificuldade em estruturar problemas globais, incertos e difíceis de racionalizar e, conseqüentemente, de encontrar soluções objetivas. Neste universo de complexidade e incerteza as pessoas tendem a desenvolver modos simples de raciocinar. De uma forma geral, em situações de incerteza, as pessoas procuram soluções que satisfaçam as suas aspirações, tendo tendência a simplificar a procura de solução para um problema, em especial quando existem limi-

tações de tempo e trabalho humano (Hammond, 2000 em Tonetto, 2006). Adicionalmente, as informações científicas não são explicitadas a uma só voz, apresentam jargão e controvérsias científicas tornando a sua compreensão difícil para os decisores, políticos e cidadão comum, sendo as polémicas e opiniões não consensuais, motivo de geração de insegurança e incerteza.

Investigadores de diversas áreas da ciência (psicologia, neurociência psicologia do comportamento) denominam “economia do conhecimento” / “economia cognitiva” (Tonetto, 2006, p.186) à capacidade de negar grandes problemas, projetados num “futuro” incerto, complexo e desconhecido.

Quando confrontados com julgamentos sob incerteza, as pessoas tendem “a ajustar a sua resposta com base em algum valor inicial disponível, que servirá como âncora” (Tonetto, 2006) apoiando a decisão em modelos simples de raciocínio que podem influenciar a resposta final e causar enviesamento de informação. Um exemplo deste enviesamento é o que acontece quando se procede à comparação entre informações familiares e não familiares, em que “as informações familiares são mais facilmente acedidas pela memória de longo prazo e parecem mais realistas ou relevantes”, (Kahneman & Smith, 2002 in Tonetto et al 2006). Se se juntar à memória de longo prazo outra função cognitiva que é a imaginação, esta também “auxilia na avaliação da realidade (...) podendo também interferir, muitas vezes, negativamente” (Tonetto et al., 2006).

Também Arriaga (2015), descreve que a forma como comumente distorcemos o pensamento é baseada nas fortes convicções que detemos. Este autor explica o processo, dizendo que, “de acordo com os psicólogos cognitivos, nós somos muito bons a filtrar a informação em função de quão bem ela se encaixa na nossa visão do mundo”. O processo é conhecido como “enviesamento de confirmação” e esta tendência de “acolher bem a informação que valide os nossos preconceitos”, leva-nos a “descredibilizar qualquer informação que ponha em causa a nossa maneira de pensar” (Arriaga, 2015).

Um obstáculo no caminho da sustentabilidade, corroborado por autores mais atuais como Pinker (2020) e Bregman (2021), baseia-se na perceção negativa da realidade explorada por Pinker (2020) e na visão positiva desenvolvida por Bregman (2021), que comumente detemos. Estas reflexões podem contribuir para explicar quais os trajetos e tendências dos mecanismos de colaboração de cidadãos para a sustentabilidade.

Pinker (2020) explica a perceção negativa da realidade afirmando que esta se encontra associada à atenção dada a notícias e eventos em detrimento de dados e tendências. Diz o autor, que as notícias tratam de coisas que ocorrem repentinamente, sendo uma amostra não aleatória geralmente negativa, como uma explosão, uma guerra, um tiroteio, uma pandemia, oferecendo uma visão enviesada do que ocorre no planeta. Adiciona que a maioria das coisas boas aumenta gradualmente, isto é, crescem poucos pontos percentuais ao ano e por isso não são notadas. Por esse motivo não são notícias de jornal, ilustrando que não houve uma 5ª feira de outubro em que, de repente, algo aconteceu ou ainda o declínio da mortalidade, da pobreza, o aumento da prosperidade, que não acontecem naquele dia e hora (Pinker, 2020).

Por sua vez, Bregman (2021) apresenta uma visão positiva e defende um novo realismo, uma nova visão da humanidade, baseada na boa natureza inerente ao ser humano, que afirma ser muito mais positiva do que a história tem descrito: “numa crise (...) nós, humanos, tornamo-nos na melhor versão de nós mesmos” (Bregman, 2021, p. 25). E dá como exemplos situações de catástrofe como o evento do furacão Katrina, em 2005, onde refere que “Nova Orleães não foi invadida pelo egoísmo e pela anarquia. Foi inundada pela coragem e pela solidariedade” (Bregman, 2020, p.27). Podemos recordar-nos de outro evento em Itália, o sismo de L’Aquila, em 2009, onde o número de pessoas na ajuda foi superior ao número de habitantes da cidade (Santos, 2016). Bregman apresenta uma imagem, com argumentação e factos, de que a visão que temos tido da humanidade é enviesada e incorreta. Apresenta um mundo onde a maioria das pessoas é “digna e bondosa” e que é necessário “reformularmos a nossa visão da natureza humana” (p. 417). Afirma ainda, tal como Pinker, que devemos evitar as notícias, que vivemos numa era de demasiada introspeção e pouca extrospeção e que “um mundo melhor não começa comigo, mas com todos nós, e que a nossa tarefa principal é construir instituições diferentes” (p.418). É sua convicção que as pessoas tendem a ser boas umas com as outras, generosas, apelando à coragem, ao realismo, à confiança, à generosidade e à criação de uma nova visão da humanidade.

METODOLOGIA

Este artigo baseia-se numa reflexão crítica apoiada num trabalho prévio de Abreu dos Santos et al. (no prelo, a ser publicado na Springer) onde se refletiu criticamente sobre o *Novo Normal* através das visões de indivíduos de diferentes faixas etárias (> 18 anos) e das suas narrativas sobre um futuro sustentável.

Esse trabalho de investigação, apoiou-se em entrevistas semiestruturadas (Flick et al., 2004) que decorreram entre janeiro e fevereiro de 2021. O pressuposto base foi que os cidadãos inquiridos podem fornecer informações relevantes para o conceito de Sustentabilidade, a partir de respostas que refletem os seus sentimentos pessoais permitindo assim, a produção de novos conceitos, tal como referido por Krauss et al. (2009 in Kallio, et al., 2016).

Estes contributos permitiram a reflexão crítica, que agora se apresenta, tendo em consideração, a seguinte questão de partida: Quais os trajetos e tendências referentes à colaboração de cidadãos para a sustentabilidade? (Figura 1).

PERCEÇÕES E VISÕES DOS INQUIRIDOS

Apesar das visões dos respondentes, principalmente os mais velhos, terem referido uma percepção negativa do futuro, mencionando, a falta de disponibi-



Figura 1. Metodologia de trabalho

dade de empregos, a luta pelo território e bens essenciais, o egoísmo, o aumento da desigualdade, a poluição, as alterações climáticas, as doenças, a escassez de água, a instabilidade política e social e uma democracia mais frágil – a grande maioria acredita que nos próximos 30 anos o mundo pode ser melhor, como atesta a posição dos pratos da balança que se inclinam mais para os aspetos positivos, referidos mais frequentemente durante as entrevistas (Figura 2).

Como aspetos positivos os respondentes apontam a regeneração ecológica, a regeneração social e a consciência cooperativa, a facilidade de comunicação que a tecnologia nos permite, rumo à evolução para um cenário de não extremismos e a importância do conhecimento.

Muitos dos respondentes não conhecem a Agenda 2030 ou já ouviram falar sem saber exatamente a que se refere. Porém, ao ser-lhes dada a informação, admitem ser uma “ferramenta” necessária. Associam o termo Sustentabilidade a diferentes aspetos, transpondo as três dimensões tradicionais da sustentabilidade (ambiental, social, económica), para incluir outras componentes, nomeadamente conhecimento, educação, valores, saúde, família, sociedade e tecnologia (Figura 3).

Os respondentes (identificados por códigos) referem que o atual modelo não é compatível com o preconizado na Agenda 2030, seja ao nível do consumo, da educação, da saúde, ou da política dos países, por exemplo, salientando que há muito a fazer não só em termos individuais, mas também na Escola, ou na relação Eu-Instituição-Sociedade. Deste modo, o modelo proposto por Praia (1999) de um Eu-Social-Solidário, é por nós entendido não como um modelo



Figura 2. Visões positivas e negativas sobre o mundo daqui a 30 anos

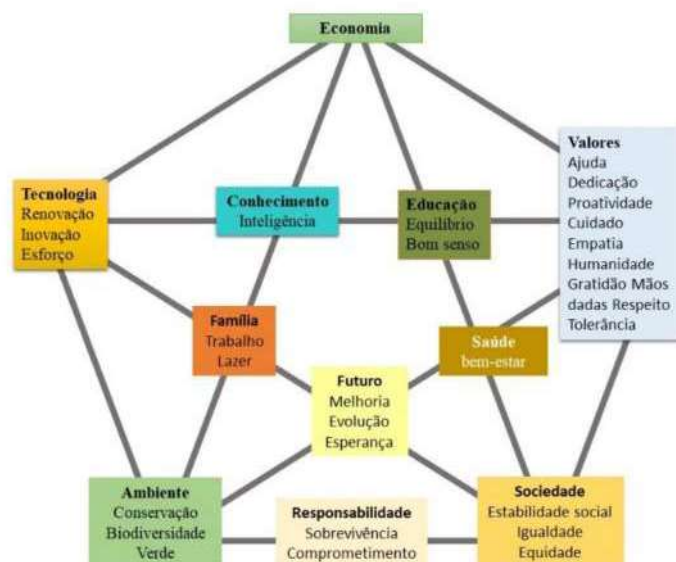


Figura 3. Diferentes dimensões do conceito de sustentabilidade

linear e sequenciado, mas como um modelo circular, em que cada parte é indissociável de cada outra (Figura 4). Questionados sobre quão responsáveis se sentem para que o futuro possa ser sustentável, apontam outras medidas para além dos pilares económico, ambiental e social, interligando com as dimensões do Eu, do Social e do Solidário. Embora, algumas das categorias possam ser interligadas entre as várias dimensões, considerou-se os fatores dominantes nas respostas obtidas tendo-se criado dimensões de ordem geral para a sistematização das mesmas, como se apresenta a seguir.

1. Dimensão *Eu* - Comportamento, Reflexão Crítica, Responsabilidade:

COMPORTAMENTO: “eu procuro as cadeias alimentares mais curtas, diretamente ao produtor e acabamos por contribuir em termos ambientais que seja mais eficiente”. F6

“A reciclagem por exemplo, isso não tem que ser uma questão assim tão complicada, o que é que custa separar?” (A7)

“No fim, vai tudo acabar na nossa casa, o que é que nós fazemos na nossa casa. Claro que o impulso pode vir de fora, mas uma iniciativa a nível nacional só entra até um certo ponto, quando entramos dentro de nossa casa... eu acho que tem que tocar de forma pessoas às pessoas, aos cidadãos. Porque no fundo, ninguém vai mudar os nossos hábitos por nós” (A3)

REFLEXÃO CRÍTICA: “E falar com as pessoas e perguntar o que é que elas acham? O que é que realmente entrou na cabeça e fazê-las questionar. Questionar é muito importante” (A3)

RESPONSABILIDADE: “Temos que ser nós a fazer!” (A2)

2. Dimensão *Social* - Educação, Conhecimento, Trabalho, Sociedade, Política, Memória do Coletivo, Tecnocracia, Diálogo, Informação:

EDUCAÇÃO: “investir nas escolas, investir na formação e capacitação dos jovens, informar e consciencializar jovens a valorizar o ser humano e valorizar as pessoas a entender que nós vivemos num mundo e que esse mundo é tipo uma casa onde todos nós temos o nosso papel e todos nós desempenhamos um papel importante e fundamental para o desenvolvimento dessa casa” (B10)

“a educação tem que contemplar necessariamente uma visão sobre o que será a nossa casa no futuro e o que não desejamos que seja” (G5)

“O ensino é a principal arma de uma pessoa. Devemos ter um ensino virado para a preservação da cultura, cuidado com a floresta, ligar os alunos à natureza; com a ajuda da escola e do governo, voltar a ter mais contacto com a natureza” (A6)

CONHECIMENTO: “Uma sociedade mais informada tem pessoas com mais ações. Mais tempo, pessoas mais disponíveis para agir mais. Criar um movimento global. Flexibilizar o trabalho, permite mais pessoas no interior. Deixa de haver grande concentração de pessoas nas cidades, passando o tempo em transportes para irem para o trabalho para ganhar dinheiro” (E2)

TRABALHO: “Se não pensarmos que o trabalho de um contribui ou complica o andamento da vida do outro a gente não consegue evoluir” (E6)

SOCIEDADE: “sempre que nós fazemos uma mudança connosco, na nossa casa, na

nossa família, no nosso bairro acaba por pouco a pouco a atingir uma sociedade completa e fazer a mudança” (B10)

POLÍTICA: “A abstenção nos últimos tempos tem ganho aos votos, o que é perigosíssimo. Portanto é preciso que as próximas gerações tenham o cuidado de querer ser mais informadas, de querer saber” (A4)

MEMÓRIA DO COLETIVO: “a escola deve dar mais referências históricas, dar mais memória, (...) se desde cedo não temos estas referências históricas e a noção do que é que é história, a noção do que foi e do que aconteceu há pouco tempo, na altura dos nossos avós, dos nossos pais, há pouco tempo, não conseguimos de facto construir um futuro sólido. E um futuro seguro, sustentável” (A4)

TECNOCRACIA: “o professor está a marcar uma geração muito tecnocrata, demasiado tecnocrata” (A4)

DIÁLOGO: “Falar - 1º que tudo acho que é preciso falar. Para nós mudarmos e tornarmos o mundo melhor, devemos falar, apresentar as nossas ideias e lutar por elas. Eu ao ser uma voz jovem vou apresentar e vou reclamar aquilo que muitos jovens desejam. Temos que apresentar as nossas ideias, falar daquilo que nos incomoda, lutar pelas nossas liberdades e opiniões porque só assim vamos ter voz numa instituição maior” (A5)

INFORMAÇÃO: É importante “desfazer a complexidade do mundo junto das pessoas, para perceberem de que forma as suas ações são afetadas e afetam os grandes problemas” (E2)

3. Dimensão *Solidário* - Justiça Social, Exclusão, Inclusão, Bem-Comum, Ambiente, Solidariedade, Cidadania, Futuro:

JUSTIÇA SOCIAL: “...Porque há uns com tanto e outros com tão pouco...e os países mais ricos deviam conseguir ajudar os que não tem tanto” (A2)

EXCLUSÃO: “Os jovens têm visão. Os jovens não têm voz em Portugal, logo emigram. Os jovens não têm lugar em Portugal” (B1)

INCLUSÃO: “E é esse o meu objetivo enquanto pessoa – representar todos aqueles que não têm voz e fazê-lo desde a minha localidade, depois para o meu distrito, depois para o meu país, depois para a Europa e depois para o mundo inteiro. É esse o meu objetivo. Nós como sociedade não podemos acatar tudo o que nos dizem, nós devemos lutar pelos nossos direitos, pelas nossas liberdades e é por isso que a liberdade de expressão existe. Porque os nossos pais já lutaram para a ter e nós devemos fazer uso dela de uma maneira boa, que nos permita evoluir” (A5)

BEM-COMUM: “As pessoas deviam preocupar-se menos com o eu e mais com o nós. A ambição desmedida é um dos grandes problemas” (E4)

Os nossos inquiridos defendem que “não olharmos tanto para o umbigo e fazer mais parte de uma comunidade. Por vezes basta dizer bom dia e boa tarde ao vizinho” (B4)

AMBIENTE: “É importante fazer com que as populações percebam o contributo ambiental para poderem dar mais, mas que não lhes cause trabalho adicional. Se as pessoas não percebem para o que são aquelas ações, não vão fazer. Formar, sensibilizar é muito importante. Todos nós somos parte do problema para sermos parte da solução temos de estar envolvidos” (F5)

“Se percebermos que os nossos atos têm consequências e que essas consequências levam à destruição da natureza, ganhamos Amor por esta e preservamo-la” (B3)

SOLIDARIEDADE: “Estar disponível para ajudar quem precisa. Tenho um projeto de voluntariado para os desempregados; trabalhar competências pessoais a desempregados. Criar uma associação de consumidores. Ensinar o que é cidadania; direitos e deveres do consumidor de forma a uma tomada de consciência dos atos enquanto consumidor. Isto tem importância no ambiente, na sustentabilidade (que tem os cinco pilares (social, cultural, económico, ambiente, humano (as pessoas))). Eu sou o primeiro pilar da sustentabilidade, daí o “humano” (G1)

CIDADANIA: “cada um de nós, que tem que ter um papel ativo naquilo que desempenha na sociedade, no que executa e tem que ser responsável por isso” (G5)

“Para isto, é preciso que as pessoas estejam informadas porque assim que todos estivermos informados da melhor forma possível, todos vamos saber na mínima proporção, aquilo que realmente temos que fazer” (A7)

“Eu gostaria que as pessoas se informassem mais, percebessem que não podemos deixar as coisas em branco, temos que começar a agir. Agir é falar, agir é constatar, agir é lutar pela nossa liberdade e percebermos as nossas capacidades para tornar o nosso mundo melhor” (A5)

FUTURO: “O futuro que eu quero passa pelo agora, pelo hoje. O hoje é o que temos garantido. Nem que seja levar um pacote de arroz a alguém que nos esteja próximo. Dar o nosso melhor para fazermos do mundo um lugar melhor” (A7)

“na televisão «só falam em desgraça», deveria haver mais ações de sensibilização na televisão para todo o país” (B8)

“Boa informação - através da media, eles têm um grande peso” (D2)

“Uma das minhas preocupações também é muito isso, a parte da globalização. Imagine, como o mundo está tão conectado (com a internet, a televisão) acho que se anda a perder culturas, várias culturas. Não sou nacionalista nem nada disso, mas acho que se devem preservar as culturas. Por exemplo, em Portugal noto que se anda a perder cultura culinária, o saber cozinhar português, por parte dos jovens. (...) É preciso ser uma sociedade mais instruída” (A6)



Figura 4. Modelo Circular de um Eu-Social-Solidário face ao Futuro – síntese das contribuições dos respondentes

CONSTRUIR COLABORATIVAMENTE A SUSTENTABILIDADE

Sendo a sustentabilidade uma questão complexa, a abordagem colaborativa é imprescindível para uma resposta mais adequada e fundamentada aos desafios atuais.

Apesar de Silva (2013) defender que os espaços não assumidos pelo Estado têm vindo a ser preenchidos pela sociedade civil no sentido de gerir coletivamente o seu futuro, criando bases para uma cidadania ambiental, tal ainda está aquém de gerar consequências desejáveis, numa sociedade, focada no indivíduo, ainda muito fundamentada na geração de riqueza - medida por indicadores financeiros, anulando fatores de importância social - que não integram a importância dos intangíveis sociais e ambientais, nomeadamente dos valores de solidariedade, generosidade, cooperação, altruísmo -, e que são fundamentais para uma sociedade coesa de elevado capital social.

Construir colaborativamente o futuro parece ser o caminho com maior sucesso para a sustentabilidade da vida no seu todo. Sendo a espécie humana o

fator decisivo para que isso aconteça, pela sua capacidade de influenciar negativa ou positivamente o destino do equilíbrio do planeta, é nela também que reside a solução. “O verdadeiro superpoder da nossa espécie é (...) a nossa capacidade de nos relacionarmos com os outros, de fazer amigos, de ter aprendizagem social. (...) É este contacto e aprendizagem social a nossa grande arma evolutiva (...) a qualidade da nossa vida em grupo é uma vantagem evolucionária, não um subproduto ou desperdício desse processo” (...) (Rodrigues, 2021). É também nesta co-aprendizagem que podemos combater a iliteracia ambiental, corrigindo e evitando as armadilhas de raciocínio, fomentando o pensamento crítico, no individual e no coletivo e promovendo a aplicabilidade dos conceitos de sustentabilidade e de cidadania nas nossas vidas. Ao dar-nos uma sistematização para trabalhar os grandes desafios, a co-aprendizagem também nos faculta a liberdade de, responsabilmente construirmos o futuro comum. Torna-se assim essencial trazer estas questões para o espaço público e coletivo, envolvendo todos atores-chave nestes xxxx

Diversos autores têm refletido sobre o paradoxo do desequilíbrio entre nós e o todo, a humanidade e o ambiente que nos envolve e do qual somos parte integrante. Todos criamos modelos mentais de como o mundo funciona de modo a permitir interpretar a elevada quantidade de informação que recebemos do ambiente em que vivemos (...) e tendemos a interpretar essa informação no contexto do nosso modelo mental pré-existente (Hendershot, 2008).

Simultaneamente, as armadilhas de raciocínio podem constituir um entrave à implementação das políticas públicas e no dia a dia do cidadão (Tonetto et al., 2006). No contexto atual do discurso político, a tecnocracia apoia-se exclusivamente no conhecimento técnico-científico para legitimar as decisões. Se bem que importante, é redutor, impedindo que outros conhecimentos essenciais para a resolução de problemas complexos assumam também o seu papel na definição de soluções. Este modelo de funcionamento é ainda amplificado por uma visão economicista linear que se implantou na sociedade.

Sandall (2019) argumenta que as últimas três ou quatro décadas de globalização neoliberal do mercado e a lógica que a acompanha causam uma sensação de impotência nos cidadãos e na democracia, votando ao abandono o debate sobre ética, solidariedade, bem comum e justiça, deixando um vazio no espaço público decisório, tornando-o aberto e vulnerável a alternativas antidemocráticas fundamentalistas.

O caminho construído no decurso desta reflexão permitiu-nos conceber o modelo de construção colaborativa de conhecimento apresentado na Figura 5. A proposta apresentada visa a construção de capital social, intelectual e político (Innes and Booher, 1999) fortemente assente na ética da ação, da ciência e da colaboração. A ética geradora de mudanças sociais transformadoras, alimentada pelo poder das ideias e partilha de conhecimento, influencia as políticas públicas capacitando (e não persuadindo) e simultaneamente transversalizando colaborativamente o poder de decisão.

O trabalho colaborativo que aqui se preconiza fomenta a geração de pensamento crítico retroalimentando a construção destes capitais, tornando as comu-

nidades mais robustas e gerando cidadãos mais democráticos, responsáveis e interventivos, sendo o caminho para a criação de uma sociedade mais justa, mais generosa, inclusiva, baseada na sustentabilidade e na cidadania ativa.



Figura 5. Modelo de Construção Colaborativa do Conhecimento

Os resultados da análise levam-nos a acreditar no potencial da colaboração a longo prazo, como construção social da realidade, que permite criar capital social, político e intelectual, gerador de uma comunidade humana inserida no ambiente natural do qual é parte integrante, interconectada com o todo.

Esta investigação constituiu para as autoras, uma revelação do potencial dos mais novos, ouvidos e representados neste trabalho, uma luz de esperança para a humanidade e um exemplo de que é possível compatibilizar a sobrevivência do planeta com uma comunidade sustentável global desejavelmente conciliável com a agenda 2030 e respetivos ODS.

Agradecimento - As autoras agradecem à FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia através do projeto estratégico UIDB/04292/2020 financiado ao MARE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arriaga, M. (2015). *Reinventar a Democracia. 5 Ideias para um mundo diferente*. Edições manuscrito.
- Bregman, R. (2021). *Humanidade. Uma História de Esperança*. Bertrand Editora.
- Ferreira, P. (2020) *Portugal e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Plataforma Portuguesa das ONGD. <https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/portugaleaagenda2030paraodesenvolvimentosustentaavel.pdf>
- Flick, U., Kardorff, E.V., Steink, I. (2004). *A Companion to qualitative research*. SAGE Publications.

- Hendershot, D. (2008). Mental models and process safety culture. *Journal of Chemical Health & Safety*, January/February, 34-35.
- Innes J, Booher DE (1999). Consensus building and complex adaptive systems. *J Am Plan Assoc* 65:412-423. <https://doi.org/10.1080/01944369908976071>
- Kallio, H, Pietila, A, Johnson, M., Kangasniemi, M. (2016). Systematic methodological review: developing a framework for a qualitative semi-structured interview guide. *Journal of Advanced Nursing* 72(12), 2954- 2965. doi: 10.1111/jan.13031
- Lake, R. L. ed. (1987). *Resolving Locational Conflict*. 1st ed., CUPR/Transaction.
- MacGregor, S., Pardoe, S., Dobson, A., Bell, D. (2005). *Environmental Citizenship. The Goodenough primer*. Summary report of an interdisciplinary seminar series. Goodenough College, London.
- Nações Unidas, Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental (s.d.), *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Consultado 5 janeiro 2022, de <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>,
- Pinker, S. (2020). *O Iluminismo Agora. Em Defesa da Razão, Ciência, Humanismo e Progresso*. 2ª ed.. Editorial Presença.
- Praia, M. (1999). *Educação para a cidadania. Teoria e prática*. Edições Asa.
- Raposo, A., Mesquita, M. (2018). A Construção Colaborativa De Conhecimento: Será A Transformação Social Um Processo Pedagógico? *Sinergias - diálogos educativos para a transformação social*, 6, 39-46, ISSN 2183-4687. <http://www.sinergiased.org/index.php/revista/item/134>
- Rodrigues, J. F. (2021). *A Era do Nós. Propostas para uma Democracia do Bem Comum*. Objetiva, Penguin Random House.
- Sandel, M. [ffmspt]. (2019, 12 junho) Encontro “Ética, Valores e Política” - Michael Sandel e Steven Pinker [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=EaTC07BdfIQ>
- Santos I.A., Raposo, A., Durão, A., Rocha, C., Vasconcelos, L. (sd). Melting pot: the new sustainability in a world of emerging pandemics.” *Handbook of Sustainability Science in the Future. Springer Nature* (Aceite para publicação).
- Santos, I.A. (2016). Comunicação e governância de risco. Construção de um modelo de capacitação social. Tese Doutoral, Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências e Tecnologia. RUN-Repositório da UNL.
- Silva, F. (2013). *Educação Para A Cidadania. Desenvolvimento e Implementação de um Projeto Multigeracional de Sensibilização Ambiental para Áreas Marinhas Protegidas*, Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências e Tecnologia. RUN-Repositório da UNL.
- Tonneto, L.M., Kalil, L.L., Melo, W.V., Schneider, D.D.G., & Stein, L.M. (2006). O papel das heurísticas no julgamento e tomada de decisão sob incerteza. *Estudos de Psicologia*, 23(2),181-189.
- Vasconcelos, L. T. (2008). O Conceito de Governância e a Responsabilidade Social dos Cidadãos. *Revista INGENIUM*, II Série, N.º 106, 48-49.
- Vasconcelos, L., Farrall, H., Ferreira, J.C. (2020). Socio-Ecological Literacy: Collaboration as a Learning Tool for Society Transformation (174-194) DOI:10.4018/978-1-7998-4402-0.ch009. In Saúde, S., Raposo, M. A., Pereira, N., Rodrigues, A. I. (2020). Teaching and Learning Practices That Promote Sustainable Development and Active Citizenship. IGI Global.<http://doi:10.4018/978-1-7998-4402-0>